

**HISTÓRIA
EM
REVISTA**

Pelotas - Número 1 - Setembro de 1994



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

HISTÓRIA EM REVISTA

Prof. Antonio Cesar Gonçalves Borges
Reitor

Prof. Daniel Souza Soares Rassier
Vice-Reitor

Profª Inguelore Scheunemann de Souza
Pró-Reitora de Graduação

Prof. Alci Enimar Loeck
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Profª Angela Maria Sinotti Gonzalez
Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Bel Flávio Chevarria Nogueira
Pró-Reitor Administrativo

Bel. Antonio Leonel da Silva Cunha
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

EDITORA UNIVERSITÁRIA
Rua Lobo da Costa, 447
Pelotas-RS - CEP 96.010-150

Jorn. Fernando de Oliveira Vieira
Diretor

Capa: Gilnei da Paz Tavares

Planejamento Editorial: José Herminio Barbachã

Reprodução Gráfica: João José Pinheiro Meireles
Marciano Serrat Ibeiro
Oscar Luis Rios Bohms

Acabamento: Carlos Gilberto Costa da Silva
Claudio Luiz Machado dos Santos
Luiz Gonzaga Souza Cruz



Class:	REVISTA
Registro:	415
Data:	11.10.94
Doação:	

HISTÓRIA EM REVISTA

Pelotas - Número 1 - Setembro de 1994

Núcleo de Documentação Histórica da UFPel

Coordenação Administrativa:

Profª Beatriz Ana Loner

Coordenadores de Linhas de Pesquisa:

Quotidiano de Pelotas (e Região Sul):

Prof. Fábio Vergara Cerqueira

Prof. Temístocles Américo César

Movimento Sindical:

Profª Lorena Almeida Gill

História da UFPel:

Profª Beatriz Ana Loner

Memória e Sociedade:

Profª Maria Letícia Mazzuchi Ferreira

Técnicos Administrativos:

Alvim da Silva Jorge

Domingos Barreto Rodrigues

Comissão Editorial

Profª Beatriz Ana Loner

Prof. Fábio Vergara Cerqueira

Profª Lorena Almeida Gill

Prof. Temístocles Américo César

Apresentação 5

Artigos:

*Reconstrução da
memória da UFPel* 7
Beatriz Ana Loner

*A evolução urbana de Pelotas:
um estudo metodológico* 21
Sidney Gonçalves Vieira
Óthon Ferreira Pereira
Jakson Silvano de Toni

*Os periódicos do final do século XIX
e do início do século XX
e o cotidiano de Pelotas* 35
Fábio Vergara Cerqueira
Temístocles Américo César

*Mulheres em estudo:
um movimento outro
um outro movimento* 39
Lorena Almeida Gill
Denise Bussoleti

*Museu e
memória histórica* 48
Maria Letícia Mazzuchi Ferreira

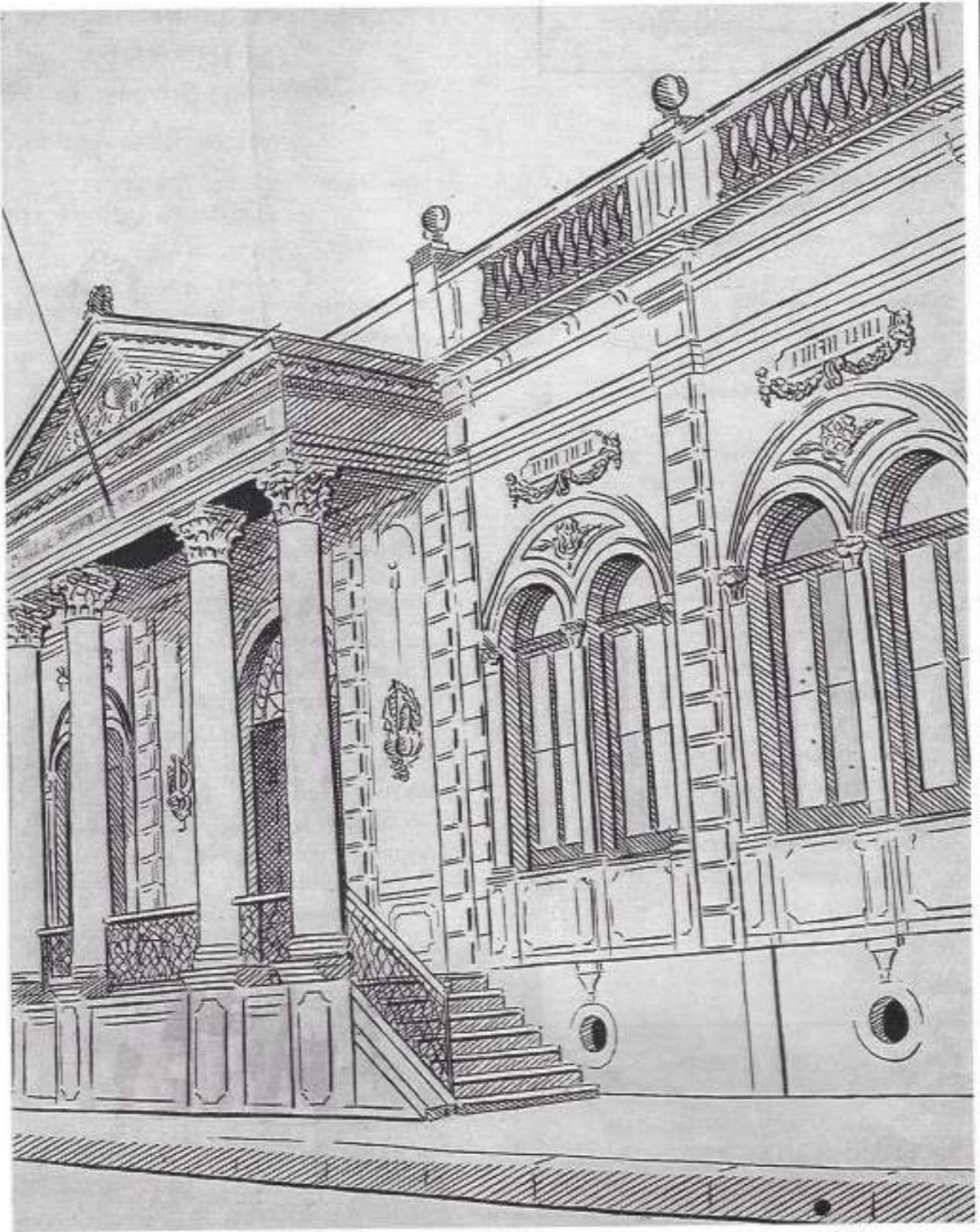
*O sujeito essencial:
teoria histórica e discurso* 52
Temístocles Américo César

*Da aplicação do conceito
de imaginário no estudo da história* 57
Fábio Vergara Cerqueira

HISTÓRIA EM REVISTA

PUBLICAÇÃO DO NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA UFPel

PELOTAS, PRAÇA 7 DE JULHO, 180
CEP 96.020-010 - RS



DA APLICAÇÃO DO CONCEITO DE IMAGINÁRIO NO ESTUDO DA HISTÓRIA*

Fábio Vergara Cerqueira

A discussão teórica acerca do conceito de imaginário apresenta-se-nos como uma das facetas da renovação epistemológica que a disciplina histórica vem sofrendo nas últimas décadas. O cenário destas reformulações insere-se num mesmo domínio de especulação científica em que aparecem conceitos tais como mentalidade, ideologia e sensibilidade, enfim, conceitos que tentam, cada um a seu modo, dar conta na elaboração de uma teoria da sociedade do papel do i-material, do cultural, do mental, do discursivo. No entanto, a dimensão do imaginário encerra uma maneira muito específica de compreender o i-material no universo de uma teoria do social, do homem em sociedade. Sustenta-se sobre um estatuto epistemológico em que recoloca a noção de realidade para além dos limites do "concreto", significando uma crise nas ilusões do "referente", tão cara ao historiador tradicional, e do "sentido da história".

O conceito veio-se elaborando em três lugares diferentes, os historiadores (Jacques Le Goff), filósofos (Cornelius Castoriadis) e psicanalistas (Lacan).

O próprio desenvolvimento da pesquisa,

*. Texto apresentado no "I Fórum de Debates sobre a Teoria da História: Novas Tendências", realizado em junho de 1992 em Pelotas.

aprofundando a temática das mentalidades, obrigou o historiador a ir um pouco além destas e a perguntar-se: sobre o que estas se sustentam? Le Goff (1988) chega ao imaginário como "aquela parte do sonho que, se considerarmos suas complexas relações com as outras realidades históricas, introduz-nos profundamente no coração das sociedades". Alcança a noção de que constitui uma realidade, o que é melhor fundamentado pela filosofia; e alcança também a noção de que esteja relacionado com o sonho, com a dimensão do inconsciente. No entanto, não vamos encontrar entre os historiadores a resposta sobre que realidade é esta e sobre que coração das sociedades é este que o imaginário nos permite conhecer.

Evelyne Patlagean (1988) nos fornece uma definição básica de o que é e o que objetiva enquanto temática de estudo:

É um conjunto de representações que estrutura a cultura, o mundo, bem como as relações diferenciadas que cada cultura estabelece entre o imaginário e o real, no campo da experiência humana. Seu objetivo é a apreensão total do homem enquanto ser social e individual.

Esclarece-nos a condição do imaginário de ser aquilo a partir de que é possível a cultura, o mundo e a sociedade. Epistemologicamente, porém, fala ainda de

imaginário e real, distinção que invalida e assassina o próprio conceito que quer explicar.

Compreender a história do conceito de imaginário significa precisamente traçar a história do esforço intelectual de afirmar o estatuto de realidade do mundo das imagens, onde ele não apareça como reflexo ou projeção do mundo material nas estruturas psíquicas humanas. Significa não pressupor nenhum primado do material sobre o i-material na experiência de vida humana.

Frequentemente, o conceito é colocado como uma "descoberta" bastante recente, que, além disso, nos assustaria pela rapidez de sua expansão e pelo uso e abuso do termo sem uma necessária consistência. Lembro-me de um dia, há aproximadamente um mês, quando presenciei sua articulação na voz de um conhecido comunicador de televisão. Nada oponho à vulgarização do conhecimento; oponho-me, porém, ao vazio dos conceitos; quando esvaziados, para nada mais servem. O apresentador de TV falou do imaginário de forma tão vazia como se falou, e muito, na década passada, de dialética e modo-de-produção, ou pior, de sistema.

Apesar de tudo isso, há algo de positivo, pois a expansão deliberada e esvaziada do termo significa, de alguma forma, uma necessidade do próprio conhecimento comum de pensar a realidade das imagens.

Fala-se da rapidez de sua expansão porque, afinal, é somente no final dos anos 60 que ouvimos Lacan falar do registro do Imaginário em seus Seminários, e apenas alguns anos mais tarde Castoriadis publica sua "Instituição Imaginária da Sociedade". Todavia, a percepção cultural da realidade do mundo das imagens já existia entre os gregos, como analisa Vernant em seu artigo "Nascita di immagini", publicado em 1976. Ele estuda como os gregos elaboram uma teoria geral unificada para a compreensão do fenômeno da imagem e da faculdade de imaginar.

No "Sofista" de Platão, Teeteto diz da "Phantasia":

"Isto é comum em todas essas coisas, que disseste serem muitas, e que defendeste indicar-lhe com um mesmo nome, chamando-lhes imagem, supondo uma única realidade presente em tudo". (Platão: Teeteto 240 a 3-5)

Mais adiante, Sócrates responde-lhe concluindo que

Phantasia (imagem) e aisthesis (sensação) se equivalem, afirmação de Platão que deve ser retomada na teoria moderna do imaginário.

Apenas com Castoriadis, porém, a imagem deixa de ser definida como decalque ou reflexo e passa a aparecer como obra e operação do imaginário radical, esquema imaginário organizado e constituinte, definição que constitui o cerne de sua teoria social. Em poucas palavras, Castoriadis coloca que a sociedade se institui imaginariamente, co-instituindo o mundo e o real humano sempre radicalmente histórico. Em se tratando da humanidade, não existe real algum fora do imaginário, pois todo o mundo material é trazido ao homem no e pelo imaginário. Para o homem, na sua radical e abismal solidão psíquica, o material, a vida, a existência, o nascer e morrer, e relacionar-se com a natureza e com os outros homens enquanto vivo, não possuem sentido algum em estado puro caso possamos usar esta expressão. Desde que o homem é homem, para tornar suportável sua existência, sua imaginação povoou tudo com sentido, criando-o, inventando-o, ocorrendo portanto imaginariamente o fabrico do real (do mundo e do social). Castoriadis reforça:

"Esta existência 'real' é impossível e inconcebível, como existência de uma sociedade, sem a posição de fins da vida individual e social, de normas e valores que regulam e orientam esta vida, da identidade da sociedade considerada, do porquê e por que de sua existência, de seu lugar no mundo, da natureza deste mundo e que nada disso tudo se deixe deduzir da 'racionalidade' ou da 'realidade', nem 'determinar' pelas operações da lógica". (Castoriadis 1985:112-113)

A sociedade e a humanidade aparecem como um espaço de representações participadas por todos os seus membros, que cunham o magma das significações imaginárias sociais cada vez instituídas. A instituição da sociedade é, portanto, um processo imaginário regido pelas significações em relação umas com as outras.

"A significação constitui o mundo e organiza a vida social de maneira correlativa, submetendo-a cada vez mais a fins específicos: viver como os ancestrais, honrando-os, adorar a Deus e cumprir os mandamentos, servir o Grande Rei, ser Kalos Kaghatos, acumular

forças produtivas, construir o socialismo. Todos esses fins são sobrenaturais; são também indiscutíveis". (Castoriadis, 1985:103)

A instituição imaginária significa também uma ocultação de que todo esse processo, pelo qual o homem dá sentido àquilo que não o tem de per si, é auto-criação; que a história é isso em que e pelo que emerge o sentido, onde sentido é conferido às coisas, aos atos. Nessa ocultação, a natureza é culturalizada, de modo que ela não existe para o homem enquanto realidade material objetiva, fora do imaginário. Do mesmo modo, a cultura é naturalizada, passando o homem a encarar suas instituições políticas, sociais e mentais como da ordem das coisas. É "natural" que o faraó seja deus, que a mulher seja má, que o escravo esteja fora da sociedade, que o canhoto seja devoto do demônio, partidário do mal. O homem não percebe a criação histórica como criação, como doação de sentido. Como vítima desta ocultação, a história sempre foi estudada como desvendamento do sentido na história e não como a própria produção de sentido.

O fundamento de sua teoria sobre a instituição imaginária da sociedade é, então, a própria tomada das significações sobre o mundo, que é essencialmente arbitrária, escapando a qualquer essencialidade, Razão, Deus ou "ser assim do mundo". Esvazia, portanto, qualquer pergunta sobre uma essência imutável do homem, uma vez que este constituiu um indivíduo somente neste processo social, histórico e imaginário de fabricação do homem enquanto ser individual.

E como o indivíduo é fabricado no imaginário social, é por isso que o imaginário é aquilo que garante a unidade das instituições sociais através de sua teia de significados que unem a fragmentação latente. "Mesmo em situações de crise, no mais absoluto estado de luta e guerra interna, uma sociedade ainda é esta sociedade, se não fosse, não haveria, e não poderia haver conflito sobre os mesmos objetos, ou sobre os objetos comuns. Há portanto uma unidade da instituição total da sociedade e, examinando mais de perto, descobrimos que esta unidade é, em última análise, a unidade e a coesão interna da imensamente complexa teia de significados que permeiam, orientam e dirigem toda a vida da

sociedade considerada, bem como os indivíduos propriamente ditos que constituem o corpo dessa sociedade. Tais significações históricas sociais são por exemplo: espíritos, deuses, Deus; pólis, cidadão, nação, Estado, partido; bens, dinheiro, capital, taxa de juros; tabu, virtude, pecado, etc. Bem como homem, mulher, criança." (Castoriadis 1985:29)

"Adolescente", por exemplo, é uma criação histórica moderna, que não se percebe enquanto tal na medida em que a ciência reveste de um caráter "natural", biológico. É como se um jovem neandertal de 14 anos também passasse por crises de adolescência.

Assim, Castoriadis nos faz compreender, na sua conceituação de imaginário, que todo acontecimento é investido de significações que o cativam e domesticam. Traz-nos uma compreensão de *o que é* o imaginário. Não nos faz entender, porém, *como* este reveste o mundo de sentido, processo cuja compreensão é imprescindível para o historiador, para que possa fazer a crítica das fontes e avaliar a viabilidade historiográfica de se estudar o imaginário. A questão do *como* relaciona-se à seguinte pergunta técnica: como se dá a manifestação documental do imaginário? (Voltaremos a esta questão). Aqui torna-se necessário recorrer à psicanálise e à teoria da comunicação que a sustenta.

Lacan traz-nos o conceito de imaginário no seu estudo dos 3 REGISTROS (SIMBÓLICO, IMAGINÁRIO E REAL). O imaginário, juntamente ao simbólico, aparece, segundo CESAROTTO⁽¹⁾, como aquilo que dá as coordenadas do sujeito para o enfrentamento e acobertamento do real. Lacan dedicou-se primeiro ao estudo do imaginário, aquele registro permeado por imagens, por um jogo escópico que consiste no primeiro contato que a criança tem com o mundo, por imagens que permanecem mesmo após o surgimento da linguagem (o registro do simbólico).

Segundo Guy Risolato, "a psicanálise põe em evidência um mundo interno, uma realidade interna com seus fantasmas e suas representações mentais próprias e únicas, seus "objetos" mantidos à parte, (...) pelas leis que os regem e sua lógica, implicam uma comunicação (...)". (Rosolato 1988:36)

Aqui, a psicanálise já nos coloca uma questão

fundamental: que se deve inserir a discussão sobre a fundamentação teórica do conceito de imaginário numa interdisciplinariedade que inclua o estudo da comunicação. Pois as imagens consistem significantes que compõem, junto ao significante linguístico, a capacidade de comunicação do homem, o seu poder de significância. A significância das imagens, dos fantasmas, latente, secreta, constitui um potencial, um reservatório de significantes que, por mais retirado que esteja da linguagem, encontra em si estruturada uma fantasmática que é a base da adesão coletiva ao social.

Para compreender o que é a imagem e o imaginário, precisamos então compreender seu lugar na comunicação. Em primeiro lugar, o ser humano funciona como um duplo sistema de inscrição de informações, uma verbal semântica, outra imaginativa. É fundamental lembrar aos desavisados que imaginário está longe de ser um sinônimo de espírito, mentalidade, ou de manifestações culturais em geral. Ele constitui, outrossim, nada mais do que uma forma específica de organização de informações, estruturadas por uma forma específica de significante. Temos, por um lado, o domínio do simbólico, da linguagem, da palavra, dos significantes linguísticos. Por outro lado, temos o domínio do imaginário, das representações, da imagem, dos significantes de demarcação. O imaginário, portanto, compõe-se por representações, imagens, desenhos, odores, sons, ritmos, melodias, traços, vestimentas, ou mesmo lembranças trazidas pelas sensações de palavras, frases ou objetos que povoam a mente. Está muito associado, portanto, a uma memória do vivido, individual e social, em que as significações sociais estão recalcadas sobretudo na chamada "intimidade fantasmática", aquele lugar onde se depositam as representações mentais, imagens mentais que estão na base da capacidade de significância do homo sapiens.

Aproximando o imaginário de Lacan ao de Castoriadis chegamos à conclusão de que ambos colocam-no como pedra fundamental na construção do indivíduo (sujeito na psicanálise). Além disso, enquanto em Castoriadis o imaginário cria o mundo, em Lacan é através das imagens que a criança tem o primeiro contato com o Outro e a Lei.

Para reforçar o argumento do imaginário como fundamento do homem enquanto ser social, e provido de estruturas neurológicas específicas, julgo necessário recorrer a duas ordens de argumentação:

1. Comparando o desenvolvimento filogenético e ontogenético, constatamos:

a. A criança primeiro tem acesso ao imaginário e depois ao simbólico; a humanidade percorre o mesmo processo.

b. Na seqüência do desenvolvimento das faculdades intelectuais, a criança primeiro desenvolve aquelas próprias do hemisfério direito do cérebro, intuitivas, criativas, sintéticas, chegando só bem mais tarde ao desenvolvimento das faculdades relativas ao hemisfério esquerdo, como o raciocínio lógico operacional e analítico. O mesmo ocorreu no desenvolvimento da humanidade, o que se constata não só pelo registro arqueológico, como pelo desenvolvimento neurológico, tendo em vista ser o cérebro direito filogeneticamente mais antigo que o esquerdo.

2. Considerando que o que há de fundamental na sociabilidade humana é aquilo que possibilitou, nos primórdios, emergir o laço social, constatamos que o que especifica a vida humana em relação à animal é o surgimento da dimensão imaginária do vivido; isto é, que o vivido é sempre imaginário, e exclusivo do homem, pois pressupõe uma capacidade de armazenar na memória o mundo que é trazido ao homem através da imaginação, para a partir daí colonizar a natureza com o sentido, a invenção mais radicalmente humana.

A neurologia atual fornece um argumento importantíssimo para a conceituação do imaginário e para sua fundamentação epistemológica. Sabe-se, hoje, que o cérebro direito, lugar por excelência do imaginário, é aquele através do qual o homem apreende o mundo. É por ele que inicia o aprendizado. Depois as informações são processadas no hemisfério esquerdo, lugar do simbólico, organizando-as no quadro da linguagem, do pensamento coerente e racional.

É próprio do imaginário, portanto, ser aquilo a partir de que a realidade se estrutura; ou melhor, a realidade só o é partindo dele. Além disso, isto a partir de que a realidade se organiza, este acervo de memórias

sensorialmente gravadas sob formas de imagens, não é um todo coerente, organizado; apesar de coeso, pois do contrário o indivíduo e a sociedade se estilhaçiam, sua composição é de ordem fragmentária, como um mosaico desordenado, constituído pela lembrança de sensações visuais, auditivas, táteis, gustativas e olfativas, várias e díspares, que mapeiam o mundo num nível do inconsciente, estruturando o sujeito e dando sentido à história. É como o gosto pelo suco que substitui progressivamente o gosto pelo vinho, como as diferenças culturais das narinas brasileiras e das francesas, pequenos traços nas vestimentas que diferenciam a moda de um ano para outro, que no contexto daquele imaginário sutilmente designam quem está "in" e quem está "out" bem como pontuam as diferenças sociais; é a sensibilidade que indica o que é falar politicamente correto ou agir ecologicamente correto. Do mesmo modo como a experiência histórica é descontínua e multifacetada, o imaginário o é; no entanto, ele é o "um" que impede que o social se decomponha em estilhaços.

Sob o ponto de vista historiográfico, resta a pergunta:

Como se estuda o imaginário na história? O imaginário é passível de ser conhecido? Por um lado, sabemos de o quão fundamental é seu papel na estruturação da sociedade, do mundo, na composição da experiência histórica vivida pelo homem. Por outro, sabemos de seu caráter fragmentário, de sua organização própria em verdade bastante desordenada; sabemos também de sua composição de múltipla natureza (sensitiva, linguística, visual, olfativa, etc.). Sobre a cognoscibilidade do imaginário, ele enquanto tal, não pode ser visto, ouvido, identificado, simplificado, reduzido a um conceito, uma vez que sua natureza radical é aquela de imagens mentais, "phantasiai" que se exteriorizam ou não sob formas visíveis, audíveis, táteis, aromáticas, etc.

Em termos radicais, não podemos estudar o imaginário histórico *em si*, podemos outrossim pontuar, aqui e ali, de forma esparsa e fragmentária (em consequência de sua própria natureza), fragmentos, aparições, partículas, figurações suas. A partir da identificação destas, a cognoscibilidade do imaginário constrói-se no estudo de constantes, repetições, pontos centrais do imaginário

que podem ser encontrados nos mais variados tipos de documentos históricos: documentos iconográficos, documentos literários, técnicos ou administrativos e outros tipos de vestígios que, com a sua natureza intrínseca, portam inevitavelmente significantes que nos remetem às profundas do imaginário. Por exemplo, pólis, Deus, mercado, trabalho são significantes que conglomeram imagens que especificam como o homem institui sua sociedade e cria imaginariamente seu mundo. Todavia, o imaginário grego não se resume à pólis; o medieval não se esgota na idéia de Deus, nem o moderno nas noções de trabalho e lucro. Deve-se portanto estudar as figurações imaginárias centrais e as (aparentemente) periféricas, pois a sociedade não se institui de forma simplificada, as descontinuidades são próprias do processo de instituição imaginária do social. Assim, para o imaginário medieval, a idéia de Deus é tão importante quanto os significantes eróticos da lírica trovadoresca; a pólis, para o grego, é uma representação tão importante quanto aquelas que organizam o mundo periférico das regiões portuárias, dos jogos, da prostituição e do mundo dos prazeres, mesmo que façam parte de uma dimensão imaginária do social que esteja fora ou ao lado daquela organizada pela significante pólis.

Na prática do conhecimento histórico existe uma tragicidade do imperativo de se investigar o imaginário: há a impossibilidade de estudá-lo diretamente naquilo que ele é (estuda-se-o somente a partir das figurações que nos remetem a ele); por outro lado, para um conhecimento radical do social é imprescindível o estudo das significações imaginárias, seu funcionamento, sua dinâmica.

Trabalhar semioticamente os documentos históricos, estabelecendo quando possível sua intertextualidade, possibilita captar os significantes que nos remetem às fantasias, às imagens mentais, para além da realidade não imaginária dos documentos em que se encontram, para além da organização externa, superficial dos significantes numa pintura, numa poesia, num jornal, numa estátua, para além da coerência ordenada de ideologias, mentalidades ou discursos. O imaginário é sempre uma nebulosa que está na base destas formas

de organização de significantes.

O estudo do imaginário significa buscar articular na compreensão do social os níveis do i-material (ideologias, mentalidades, língua, convenções sociais, etc.) e do material (economia, natureza, mundo dos objetos, organização urbana, etc.) e percebê-los, de forma intertextual, nos mais variados tipos de significantes (expressões): desenhos, odores, sons, risos, ritmos, melodias, vestimentas, frases, palavras, traços, objetos, gestos, lemas, crenças, categorias sociais e culturais, etc.

BIBLIOGRAFIA

- CASTORIADIS, Cornelius. *O Domínio Social, A Instituição da Sociedade e da Religião*, POA, L&PM Editores, 1985.
- LE GOFF, Jacques. *L'Histoire Nouvelle*, Paris, Edition Complexe, 1988.
- PATLAGEAN, Evelyne. *L'Histoire de l'imaginaire*, in LE GOFF, L'Histoire Nouvelle, Paris, Edition Complexe, pp. 68-83.
- ROSOLATO, Guy. *Elementos de Interpretação*, SP, Editora Escuta, 1988.
- VERNANT, Jean-Pierre. *Nascita Di Immagini*. Paris, Libraire Français, 1979.

NOTAS

1. Palestra sobre os Três Registros, em Lacan, conferida em junho de 1991, para o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC/SP.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA
Editora Universitária

Rua Lobo da Costa, 447
Pelotas-RS - CEP 96.010-150



FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL

